

Mulheres, Gênero e Patriarcado: novas categorias da pesquisa histórica

Enviado em:
26/05/2014

Aprovado em:
06/07/2014

Mirela Marin Morgante

mirela_marin_@hotmail.com
Mestrado de História Social das Relações Políticas
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

A partir de 1960 surgiu e se desenvolveu um novo campo de pesquisa no interior do conhecimento histórico: a História das Mulheres. O advento desta área de estudo trouxe a discussão e a utilização de categorias específicas para analisar as particularidades históricas da condição das mulheres nas mais diversas sociedades e em períodos históricos variados. Categorias como *mulher*, *mulheres*, *papéis sociais*, *gênero* e *patriarcado* passaram a ser discutidas, analisadas, interpretadas e aplicadas nos estudos de História das Mulheres e nas ciências humanas de maneira geral. O presente artigo irá abordar mais especificamente do conceito de *gênero* e *patriarcado*, traçando algumas considerações históricas sobre sua utilização na História das Mulheres e demonstrando a hermenêutica comum das categorias nas pesquisas acadêmicas.

274

Palavras-Chave

História das Mulheres; Gênero; Patriarcado

Abstract

In 1960 emerged and developed a new field of research within the historical knowledge: the History of Women. The advent of this area of study has brought the discussion and use of specific categories to analyze the historical particularities of the condition of women in various societies and in different historical periods. Categories such as women, social roles, gender and patriarchy began to be discussed, analyzed, interpreted and applied in studies of women's history and the humanities in general. This article will address more specifically the concept of gender and patriarchy, tracing some historical considerations on its use in women's history and demonstrating the common hermeneutical category in academic research.

Keywords

Women's History; Gender; Patriarchy

Nas décadas de 1960 e 1970 surgiu e se desenvolveu um novo campo de pesquisa no interior do conhecimento histórico: a História das Mulheres. O advento desta área de estudo trouxe a discussão e a utilização de categorias específicas para analisar as particularidades históricas da condição das mulheres nas mais diversas sociedades e em períodos históricos variados. Categorias como *mulher*, *mulheres*, *papéis sociais*, *gênero* e *patriarcado* passaram a ser discutidas, analisadas, interpretadas e aplicadas nos estudos de História das Mulheres e nas ciências humanas de maneira geral. O presente artigo irá abordar mais especificamente do conceito de *gênero* e *patriarcado*, traçando algumas considerações históricas sobre sua utilização na História das Mulheres e demonstrando a hermenêutica comum das categorias nas pesquisas acadêmicas.

Diversos elementos convergiram para o advento da História das Mulheres, enquanto um campo específico do saber. Michelle Perrot aponta para três fatores concomitantes no aparecimento do objeto de estudo *mulher*, tanto nas ciências humanas de maneira mais ampla quanto na historiografia mais especificamente: fatores políticos, sociológicos e científicos (PERROT, 2007: 20). Quanto aos primeiros elementos, de caráter político, pode-se destacar o movimento feminista como um fator político significativo que influenciou no saber. Para Perrot, isso foi possível devido à sua busca por ancestrais e por legitimidade que teve como consequência o início de um ‘trabalho de memória’. Soma-se aí, a crítica perpetrada pelo movimento aos saberes constituídos como universais e verdadeiros – masculinos –, que provocou um questionamento de caráter mais teórico em um momento posterior (PERROT, 2007: 20).

No concernente ao advento do movimento feminista em finais do século XX, é importante considerar que nas décadas de 1960 e 1970, a Europa e os Estados Unidos vivenciavam grande efervescência política e cultural. Os movimentos beatnik e hippie entre os norte-americanos e as rebeliões de maio de 1968 em Paris evocavam uma modificação dos costumes e dos valores conservadores que mantinham a ordem social. Para Céli Regina Pinto, estes movimentos propiciaram a formação de um ‘caldo de cultura’ – questionador da ordem estabelecida – que favorecia o surgimento de movimentos sociais de maneira geral e, especificamente, favoreceu a emergência do movimento feminista nestes países (PINTO, 2003). No Brasil, foi a partir da década de 1970 que surgiu e se desenvolveu a segunda onda do movimento feminista, em um cenário de repressão e morte provocado pela ditadura militar (PINTO, 2003).

O movimento feminista nascente no final do século XX não foi a primeira manifestação da luta das mulheres por direitos sociais e políticos específicos de seu sexo. Em fins do século XIX e início do século XX desenvolveu-se a primeira onda do feminismo, que ficou caracterizada por uma luta política focada no direito à educação, ao trabalho remunerado e nos direitos judiciais e políticos das mulheres – como o direito de ter propriedade e herança e de votar e ser votada (PEDRO, 2005). A segunda onda do movimento feminista emergiu depois da Segunda Guerra Mundial, em um contexto de Guerra Fria e polarização ideológica. As reivindicações focavam no direito ao prazer e ao corpo femininos, além da luta pelo fim da ordem patriarcal, vista como a base da dominação e do poder dos homens sobre as mulheres (PEDRO, 2005).

A segunda onda do movimento feminista contribuiu sobremaneira para o debate acadêmico acerca da condição feminina na sociedade, na medida em que suas reivindicações criaram uma demanda por informações concernentes às questões femininas que estavam sendo discutidas (SOIHET, 1997). Conforme Joan Scott, o movimento feminista dos anos de 1960 exigia que a historiografia ampliasse seus estudos e evidenciasse o papel das mulheres na história, assim como desvendasse a opressão patriarcal de que elas eram alvos (SCOTT, 1992). Andrée Michel evidencia com clareza a relação do movimento feminista com o surgimento de uma história das mulheres: “[...] a história das mulheres só começa a emergir do silêncio depois que feministas dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Europa continental tentam rompê-lo e explorar um passado que não cessa de nos espantar” (MICHEL, 1982: 97).

Quanto aos fatores sociológicos que contribuíram para a emergência de uma História das Mulheres, Michelle Perrot coloca a presença cada vez maior das mulheres na universidade. Nos anos de 1970 elas compunham aproximadamente um terço da quantidade total de estudantes e no final do século XX e início do XXI quase um terço dos docentes efetivos. Conforme a autora, “essa feminização podia ser o fermento de uma demanda renovada, ou pelo menos uma escuta favorável” (PERROT, 2007: 21).

Margareth Rago afirma que a partir da década de 1970 a presença das mulheres na universidade foi crescente, acarretando em uma relativa feminização da academia e das maneiras como os saberes eram produzidos. Como afirma Rago,

Em outras palavras, desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e

problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente. O mundo acadêmico ganhava, assim, novos contornos e novas cores (RAGO, 1998: 90).

As novas pesquisas feitas no meio acadêmico se inseriam na tendência historiográfica de estudar as pessoas comuns e os grupos sociais até então excluídos da história tradicional, numa influência da tradição dos *Annales*. É nesta perspectiva que se insere o terceiro fator que influenciou na emergência dos estudos sobre as mulheres: o fator científico. Conforme Perrot, por volta dos anos de 1970 houve uma crise nos sistemas de pensamento que eram tidos como bases para as pesquisas nas ciências humanas – o marxismo e o estruturalismo –, acarretando em alterações nas alianças entre as disciplinas e em um novo destaque dado aos estudos que trabalhavam com a subjetividade (PERROT, 2007).

A historiografia se aliou à antropologia e passou a estudar a família, desvendando, a partir daí personagens ignorados pela história positivista, como as crianças, os jovens e as mulheres. Os estudos sobre as idades da vida e sobre a vida privada evidenciavam a presença das mulheres na história e geravam um questionamento acerca de suas questões específicas (PERROT, 2007). A terceira geração dos *Annales*, chamada de ‘Nova História’, trouxe à tona uma diversidade de objetos e de fontes a serem pesquisadas. O avanço da história das mentalidades, assim como da história cultural auxiliaram ainda mais o estudo do feminino (SOIHET, 1997). Para Soihet e Pedro, com a pluralização dos objetos de investigação da história, as mulheres passaram a adquirir a condição de sujeito e objeto da história (SOIHET; PEDRO, 2007). Os incipientes estudos sobre as mulheres eram realizados por meio de um diálogo com diversas disciplinas, como a literatura, a linguística, a psicanálise e a antropologia, ou seja, para a compreensão desse novo objeto de estudo era imprescindível a interdisciplinaridade (SOIHET, 1997).

Inúmeras pesquisas sobre os mais variados temas relacionados às mulheres

passaram então a ser publicados no Brasil.¹ De acordo com Soihet, elas analisaram as mulheres no trabalho, na política, na educação, na família, seus direitos civis, sua sexualidade e seu corpo, além de seus gestos, sentimentos e a maternidade (SOIHET, 1997). Nos primeiros estudos com a temática feminina, a categoria *gênero* não era utilizada, apenas fazia-se referência à *mulher*, em uma contraposição ao termo *homem*, considerado universal. O objetivo era unificar nas reivindicações as questões específicas das mulheres – como a contracepção, a violência familiar e as tarefas domésticas – que não estavam inclusas nos direitos do *homem universal* (PEDRO, 2005). Diferenciar a *mulher* do que se considerava como o universal, isto é, o homem, era a ordem do momento. Possuir o sexo feminino era a base de uma identidade comum, que permitia ser incluído na categoria *mulher* e, assim, “[...] passavam a ser pensadas como submetidas ao sexo masculino – sendo, portanto, alvos da mesma forma de opressão” (PEDRO, 2005: 81).

Logo surgiram críticas ao uso da categoria *mulher* – no singular –, que pressupunha uma generalização de um grupo social que é, em verdade, muito diversificado. Conforme Joana Maria Pedro, foi entre as norte-americanas que emergiram as críticas mais eficazes contra uma padronização das reivindicações feministas que a categoria *mulher* dava a entender. Como a autora evidencia,

278

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença. [...] Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam. Não consideravam, como fez Betty Friedan na *Mística Feminina*, que o trabalho fora do lar, a carreira, seria uma “libertação”. Estas mulheres há muito trabalhavam dentro e fora do lar. O trabalho fora do lar era para elas, apenas, uma fadiga a mais (PEDRO, 2005: 82).

As discussões em torno da categoria *mulher* fizeram ver que a identidade sexual não era suficiente para reunir um conjunto diversificado de mulheres, que não viviam a mesma espécie de opressão e tampouco pensavam da mesma maneira

¹ Para citar algumas: Mariza Corrêa publicou a obra *Crimes da Paixão* em 1981 e *Morte em família*, dois anos depois; Rose Marie Muraro publicou *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*, em 1983; Maria Odila Leite da Silva Dias apresentou a obra *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, em 1984; Luzia Margareth Rago publicou *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930* em 1985; Martha de Abreu Esteves publicou *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, no ano de 1989; Rachel Soihet compôs o livro *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*, publicado em 1989; Eni de Mesquita Samara publicou *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*, em 1989; e, Magali Engel apresentou a obra *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, também em 1989*.

sua condição na sociedade. Era imperativo considerar a diferença no interior da diferença e, nesse sentido, os estudos acadêmicos e diversas lutas do movimento feminista no Brasil, passaram a utilizar-se da categoria *mulheres* – no plural – para dar conta das especificidades existentes entre as próprias mulheres.

No concernente à categoria *gênero*, foi com a publicação do artigo traduzido da historiadora norte-americana Joan Scott, intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, em 1990, que se iniciou a discussão no Brasil acerca da utilização do conceito para especificar o caráter social e cultural das distinções entre os sexos feminino e masculino, numa recusa à naturalização dos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens. A partir de então, grande parte dos estudos acadêmicos sobre a questão feminina passaram a utilizar a categoria *gênero* no sentido de uma construção social do feminino e do masculino, que dita os comportamentos específicos para cada um dos sexos.

O uso da categoria gênero: uma necessidade epistemológica

Foi grande a influência dos textos escritos por Joan Scott na historiografia brasileira. As pesquisas sobre a história das mulheres continuaram a ser feitas, e a categoria *gênero* passou a ser incluída em grande parte delas. Raros são os trabalhos que não fazem qualquer referência à Scott, seja para concordar com seu posicionamento ou não. Para Pedro, a utilização da categoria *gênero* nas pesquisas históricas possibilitou abordar não somente “[...] as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero” (PEDRO, 2005: 88).

Para Scott, *gênero* pode ser considerado um modo primeiro de significar as relações de poder. A tal ponto é estreita a ligação entre gênero e poder que a autora afirma que as significações de ambos se constroem reciprocamente. “As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre homem e mulher” (SCOTT, 1995: 91). Isto é, o poder político foi constituído e legitimado tendo como base as características e as funções sociais de gênero. A própria organização da igualdade e da desigualdade tem no gênero sua dimensão decisiva (SCOTT, 1995).

Scott exemplifica afirmando que os burgueses franceses do século XIX se referiam aos operários – majoritariamente homens – atribuindo-lhes características pretensamente femininas, como fracos, subordinados e explorados. Os operários,

por sua vez, afirmavam sua posição masculina, de produtores fortes e protetores das mulheres e crianças. Da mesma forma, “as relações de poder entre as nações e o estatuto dos súditos coloniais foram tomados compreensíveis (e, portanto legítimos) em termos das relações entre homem e mulher” (SCOTT, 1995: 92). Também a guerra foi legitimada amiúde pela função masculina viril de proteger as mulheres e as crianças que supostamente seriam fracas e vulneráveis. A autora acrescenta ainda a alta política, que é por si própria um “conceito de gênero porque estabelece a sua importância decisiva e seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência de sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento” (SCOTT, 1995: 92).

Assim, conforme Scott, o *gênero*, tendo como base as diferenças sexuais, constituiu-se por meio de relações sociais, que são, por seu turno, relações de poder. Como ela mesma salienta, “gênero é a organização social da diferença sexual” (PEDRO, 2005: 86). A autora acrescenta aos elementos complexos que compõem a organização social e constroem o masculino e o feminino, o saber. Ela fala do saber, no sentido de Foucault, enquanto a interpretação de determinada sociedade e cultura acerca das relações entre os sexos. Para Scott, “tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm, elas próprias, uma história autônoma (ou quase)” (SCOTT, 1994: 12).

280

O saber é uma forma de ordenar o mundo, abrange não somente abstrações mentais, mas instituições, estruturas, práticas sociais e certos rituais. Sua relação com a organização social é intrínseca, e, assim como as relações sociais se constituem por meio de disputas de poder, os usos e os significados do saber também. Além disso, de acordo com Scott, o saber é o próprio meio pelo qual as relações de dominação e subordinação – poder – se estabelecem (SCOTT, 1994). Dessa maneira, assim como “gênero é a organização social da diferença sexual”, “gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais” (SCOTT, 1994: 12).

Enquanto um saber a respeito das diferenças biológicas entre homens e mulheres, *gênero* não implementa e tampouco reflete as diferenças corporais fixas e naturais, mas é o próprio saber, a própria organização social, que dá significado às diferenças sexuais (SCOTT, 1994). Amílcar Torrão Filho afirma que para Scott “[...] o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social” (FILHO, 2005: 129). A categoria demonstra como as diferenças biológicas entre fêmeas e machos se transformam em diferenças sociais entre mulheres e homens,

como seres sociais, ou seja, construídos pela cultura (FILHO, 2005).

Em consonância com Scott, Joana Maria Pedro afirma que o uso da categoria *gênero*, durante a segunda onda do movimento feminista, objetivava reforçar o distanciamento em relação ao determinismo biológico que justificava as diferenças de comportamentos entre as mulheres e os homens pelo *sexo* (PEDRO, 2005). Segundo a interpretação biologizante, mulheres e homens tinham funções sociais, representações simbólicas e comportamentos diferentes por serem anatomicamente diferentes (PEDRO, 2005). O uso do conceito de *gênero* colocava em evidência os aspectos cultural e social das diferenças entre mulheres e homens. Heleieth Saffioti ratifica este posicionamento quando esclarece que, “uma das razões, porém, do recurso do termo *gênero* foi, sem dúvida, a recusa do essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em ‘a anatomia é o destino’, assunto cadente naquele momento histórico” (SAFFIOTI, 2011: 110).

Hardy e Jiménez explicam que o termo *sexo* diz respeito à biologia da fêmea e do macho, “[...] tanto aquellas específicas de la anatomia y funcionamiento del aparato reproductivo feminino y masculino, como los caracteres sexuales secundarios determinados por la acción hormonal específica de cada sexo” (HARDY; JIMÉNEZ, 2001: 2)². Para as autoras, os corpos femininos e masculinos são as bases por meio dos quais se projetam os comportamentos sociais, de forma que indivíduo nasce com determinada conformação biológica que irá definir como ele será tratado socialmente pela família, pelos pais e pela comunidade em que vive, para virem a ser homens e mulheres com características aceitas socialmente (HARDY; JIMÉNEZ, 2001).

A masculinidade e a feminilidade, portanto, devem ser consideradas como construções sociais dos sexos. Contudo, Heleieth Saffioti salienta que não se deve opor *sexo* e *gênero*, situando o primeiro na natureza biológica e segundo na cultura social, mas sim, considerando as duas categorias como uma unidade, tendo em vista que não “[...] existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (SAFFIOTI, 2011: 108-109). A autora esclarece, assim, que ambos, *sexo* e *gênero*, são definidos pela cultura. Ela se baseia no conceito de *situação* de Simone de Beauvoir para explicar que “[...] o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e interpretadas” (SAFFIOTI, 1992: 190). Nesta perspectiva, o

2 “[...] tanto aquelas específicas da anatomía e funcionamento do aparato reproductivo feminino e masculino, como as características sexuais secundárias determinadas pela ação hormonal específica de cada sexo”. Tradução nossa.

sexo biológico feminino, o corpo da mulher, é fundamental para estabelecer qual será sua *situação* no mundo, mas não é somente isto que garantirá que ela será uma *mulher*. “Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale a dizer, para enfatizar, que o gênero se constrói-expressa através das relações sociais” (SAFFIOTI, 1992: 190).

Dessa maneira, como afirma Scott, *gênero* não é uma essência, fixa e imutável, mas dá significado às diferenças corporais, em conformidade com as normas sociais e as relações de poder das diversas sociedades. As diferenças percebidas entre mulheres e homens, conforme Amílcar Torrão Filho, são construídas pelos símbolos culturais que carregam consigo representações simbólicas e mitos (FILHO, 2005). Maria Beatriz Nader afirma que “o conceito de gênero implica a ideia de pluralidade, ou seja, cada sociedade, cada grupo étnico, cada classe social e cada geração tem sua concepção de homem e de mulher” (NADER, 2002: 468). Isto é, os comportamentos e as representações simbólicas de mulheres e de homens são construídos por culturas e sociedades situadas historicamente, em um período temporal, um espaço social e em uma determinada cultura, abrangendo *lócus* sociais ainda de menores proporções, como as classes, as gerações e as etnias.

282

Vale acrescentar que, para Scott, os conceitos normativos que cada grupo social dispõe evidenciam sua interpretação dos símbolos, que, por sua vez, tenta limitar as alternativas metafóricas, cujas expressões mais significativas são as religiões e o sistema educacional, político e jurídico que fazem uma oposição binária do que se entende por *homens e mulheres* (FILHO, 2005). Maria Izilda S. Matos afirma que o uso da categoria *gênero* implica em,

[...] evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, por meio de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas (MATOS, 1997: 97-98).

Matos salienta ainda que *gênero* é uma categoria relacional, ou seja, o feminino e o masculino são construídos um em função do outro (MATOS, 1997). As representações sociais das mulheres e dos homens, ou por assim dizer, as imagens que determinada sociedade faz do feminino e do masculino são estreitamente relacionadas (SAFFIOTI, 2011). Somente a partir do ser masculino que se pode representar em que se constitui como sendo o ser feminino e vice-versa.

Com base em Sócrates Nolasco, Amílcar Filho afirma que a cultura de nossa sociedade definiu comportamentos específicos para cada sexo – um em relação ao outro –, de maneira que mulheres e homens devem se adequar a eles para serem reconhecidos enquanto tais pelo corpo social (FILHO, 2005). Assim, são aspectos da personalidade e do comportamento masculino o trabalho, a produção científica, os esportes e a competição, enquanto a personalidade e o comportamento femininos seriam seu oposto, como o afeto, a responsabilidade maternal e os cuidados com a casa e com a beleza (FILHO, 2005).

Neste sentido, pode-se utilizar o conceito de *papel social* para evidenciar os comportamentos que as mulheres e os homens ocupam – ou deveriam ocupar, conforme as normas culturais – na sociedade para adquirir uma posição social (NADER, 2002). Maria Beatriz Nader explica que todos os seres humanos representam um papel social e acrescenta que “[...] pode-se definir papel social como um conjunto de direitos e deveres, definindo da mesma forma a palavra ‘papel’ como a viabilização desses direitos e deveres” (NADER, 2002: 463). Nesta perspectiva, o papel social da mulher na atual sociedade falocrática brasileira está diretamente relacionada ao exercício dos papéis de mãe, dona-de-casa e esposa, enquanto o papel social do homem se relaciona à função de provedor econômico da família e chefe do lar.

Apoiando-se em Chodorow, Heleieth Saffioti evidencia que a capacidade e a orientação femininas para o exercício da maternidade são construídas na estrutura profunda da personalidade. Mas não somente as capacidades para serem mães são internalizadas e reforçadas psicologicamente, como também o prazer, a gratificação do exercício da maternidade o são. A capacidade, a orientação e a gratificação da maternidade “[...] são construídas ao longo do desenvolvimento, no interior da estrutura psíquica feminina” (SAFFIOTI, 1992: 190-191). E a autora conclui: “a organização social do gênero afeta, por conseguinte, os processos e as estruturas psíquicas inconscientes” (SAFFIOTI, 1992: 191).

É importante considerar que a categoria *gênero* não pressupõe uma relação de desigualdade e hierarquia entre os sexos, ao contrário, as relações de gênero podem ser relações igualitárias, haja vista que o termo se refere às representações e as imagens atribuídas aos sexos masculinos e femininos, construídas, por sua vez, pela vida gregária do grupo, ou seja, em que é uma significação social dos sexos (SAFFIOTI, 2011).

Nesse sentido, a origem do *gênero* se deu a partir do momento em que a consciência humana, num ato intencional, teleológico e finalista, se projetou

sobre a natureza e estabeleceu uma cadeia de nexos causais objetivos (SAFFIOTI, 2011). Assim, *gênero* existiu em todas as sociedades, mesmo diante da inexistência do conceito em si, ele sempre esteve presente nos conjuntos sociais (SAFFIOTI, 2011). A própria Scott afirma que *gênero* “[...] pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder” (SCOTT, 1994: 20).

Portanto, o conceito abrange desde o início da humanidade e está presente em todos os grupos sociais. É passível de constante reconstrução conforme a dinâmica sociopolítica e as articulações nas relações de poder, ou seja, “[...] varia de uma sociedade para a outra e também de acordo com o tempo histórico em que as pessoas estão inseridas” (HARDY; JIMÉNEZ, 2001: 2). Diferentemente do termo *patriarcalismo*, que pressupõe relações desiguais entre mulheres e homens, o conceito de gênero é utilizado como uma categoria geral que possibilita a relação igualitária entre os sexos, não pressupondo, necessariamente, a subjugação feminina. *Gênero* está inscrito, assim, num plano histórico em que o período patriarcal evidencia-se como um momento específico, com características próprias – desiguais –, das relações de gênero.

284

Outro conceito muito comum entre as intelectuais feministas, que é imprescindível para analisar as questões relativas às mulheres na sociedade contemporânea, é *patriarcado*. O movimento feminista denunciou a ordem patriarcal, que permite aos homens o domínio sobre as mulheres e a submissão desta no corpo social. Sobre o advento do conceito, Christine Delphy afirma que,

[...] l’Université n’a joué *aucun* rôle dans la création de ce concept, ou d’ailleurs d’aucun autre concept politique, de même qu’elle n’a joué aucun rôle dans l’émergence du mouvement social, le féminisme, qui a élaboré les analyses et les concepts dont nous parlons. Cependant elle en joue un, de toute évidence, en accueillant ce débat [...] (DELPHY, 1981: 66).³

Para a autora, o conceito foi criado pelo movimento feminista e posteriormente a universidade passou a utilizá-lo. Pode-se dizer, contudo, que de maneira bastante heterogênea. O presente artigo tratará das divergências político-

3 “[...] a universidade não desempenhou nenhum papel na criação deste conceito, ou mesmo de qualquer outro conceito político, da mesma forma que não desempenhou nenhum papel na emergência do movimento social, o feminismo, que elaborou as análises e os conceitos de que falamos. Contudo ela desempenha um papel, de toda evidência, acolhendo esse debate [...]”. Tradução nossa.

teóricas existentes em torno de *patriarcado* a fim de elucidar a forma como amiúde é utilizado nas pesquisas acadêmicas e como pode contribuir para compreender a condição das mulheres no corpo social.

Patriarcado: uma categoria útil para a análise feminista?

No campo dos estudos feministas, o termo *patriarcalismo* foi comumente utilizado para explicar a condição feminina na sociedade e as bases da dominação masculina. As abordagens, contudo, se mostraram bastante heterogêneas e controversas, a ponto de algumas intelectuais optarem por não fazerem uso do conceito. Diante deste quadro conflituoso e carente de coerência teórica, realizar-se-á um esclarecimento do conceito concomitantemente à elucidação das maneiras como ele vem sendo utilizado – ou não – nas pesquisas acadêmicas. Para tanto, procurar-se-á demonstrar os argumentos daqueles que propugnam e dos que não advogam pelo uso de *patriarcado* nas pesquisas feministas, evidenciando algumas das linhas interpretativas do conceito.

Mary G. Castro e Lena Lavinias fazem parte do rol das intelectuais que refutam a necessidade teórica do uso do termo *patriarcado*. Para as autoras, o conceito é usado nos textos e obras na sua forma adjetiva – como família patriarcal ou ideologia proletária e patriarcal – em detrimento da referência ao *patriarcado* na sua forma substantiva – como um sistema, uma organização ou uma sociedade patriarcal. Segundo elas, a forma adjetiva como amiúde é usado, remete ao conceito weberiano de patriarcalismo, ou seja, “trata-se de um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição” (CASTRO; LAVINAS, 1992: 237). O *patriarcado* em Weber se refere a um período anterior ao advento do Estado, sendo, portanto, inadequado falar em *patriarcalismo* nas sociedades capitalistas.

Quando se considera o *patriarcado* sob o prisma weberiano, é patente a ineficácia do conceito para problematizar as relações de gênero na sociedade contemporânea. Como aponta Heleieth Saffioti, as feministas da segunda onda, radicais ou marxistas, ao denunciar a dominação patriarcal, faziam-no negligenciando o termo conforme a definição de Weber (SAFFIOTI, 2011). Ou seja, pode-se falar em *patriarcado* sem remeter a Weber, em uma formulação mais abrangente e mais adaptada à complexidade das relações e instituições na

contemporaneidade.

Castro e Lavinias alegam ainda, que as feministas se utilizam do termo *patriarcado* de maneira heterogênea e sem concordância conceitual, exceto no que tange à referência de *patriarcado* enquanto o poder e a dominação dos homens sobre as mulheres. Elas acrescentam, “para algumas, ele se dá ao nível da família, para outras, num plano mais geral, na relação com o Estado” (CASTRO; LAVINAS, 1992: 237). E as autoras concluem: “[...] parece-nos correto afirmar que ele perde seu estatuto de conceito para firmar-se como uma referência implícita e sistemática da dominação sexual” (CASTRO; LAVINAS, 1992: 238).

Segundo Christine Delphy, há mesmo uma falta de unanimidade quanto à utilização do conceito de *patriarcado* entre as feministas, e as dessemelhanças nas funções atribuídas ao termo nas diversas análises são reveladoras das clivagens mais elementares existentes no interior do movimento feminista. Para as feministas socialistas a opressão das mulheres se deve, em última instância, ao capitalismo, e seus beneficiários são os capitalistas, enquanto para as feministas radicais a opressão feminina deve-se a um sistema diferente e original – o sistema patriarcal – e seus beneficiários são os homens como uma categoria social (DELPHY, 1981). Para Heleieth Saffioti há ainda uma clivagem no interior do feminismo marxista, entre aqueles que acreditam ser o *patriarcado* uma “[...] organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais” (SAFFIOTI, 1992: 194) – exatamente como as feministas socialistas apontadas por Delphy – e os que consideram o *patriarcado* somente uma ideologia, de forma adjetivada. Mas a desconformidade na maneira como se faz referência ao conceito nos estudos feministas não é um problema para o uso do termo, desde que ele seja devidamente precisado.

286

Mary Castro e Lena Lavinias criticam o uso do termo *patriarcado* conforme Weber, de domínio de um patriarca sobre toda a comunidade doméstica ou econômica, em um sentido adjetivo do conceito. Nesta perspectiva, realmente o termo é ineficaz para tratar das famílias contemporâneas, muito diferentes das famílias consideradas por Weber, e ainda mais ineficaz quando o *patriarcado* weberiano é utilizado para abordar os outros níveis do corpo social. Além disso, as autoras apelam para a heterogeneidade no uso do conceito pelas feministas, para justificar sua opção por não fazer referência a ele nos seus estudos de gênero. Mas a falta de concordância conceitual não diminui a eficácia do uso de *patriarcado* para analisar as questões referentes às mulheres, desde que o conceito seja bem precisado.

Elisabeth Souza Lobo, por sua vez, também prefere não utilizar o conceito *patriarcalismo* em suas pesquisas. Discorrendo sobre algumas abordagens do trabalho feminino na Sociologia do Trabalho e na História Social, ela esclarece que uma parcela da produção acadêmica brasileira que abordou a divisão sexual do trabalho, relacionou esta questão com o *patriarcado* (LOBO, 1992). Nestas perspectivas, a ordem patriarcal seria uma estrutura determinante da divisão sexual do trabalho, levando-se em conta as diferenças históricas dessa divisão. O *patriarcalismo* estaria, assim, na base da divisão sexual do trabalho, dando início a ela, e surge, por sua vez, dos fundamentos materiais da sociedade. “Ou, o que me parece seguir um raciocínio semelhante: as relações sociais organizam as divisões da sociedade, e a divisão sexual do trabalho é um *locus* fundamental das relações entre os sexos” (LOBO, 1992: 259).

Para a autora, o conceito *patriarcado* como é utilizado pressupõe ligações de determinação estrutural, negligenciando as relações históricas e as construções culturais da divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, o uso do conceito acarreta em um padrão de percepção feminista de base-superestrutura, de estruturas definitivas e imutáveis, em detrimento da concepção das relações entre os sexos como relações mutáveis e historicamente definidas, isto é, inseridas em culturas e sociedades específicas que estabelecem ligações recíprocas e antagônicas entre mulheres e homens (LOBO, 1992). Assim, Lobo afirma não concordar com a utilização do conceito de *patriarcado*, preferindo o termo *gênero* para tratar da divisão do trabalho entre os que são vividos e pensados como sendo mulheres e homens, em uma relação social e simbólica sem qualquer dinâmica determinante. Como ela coloca: “neste sentido, a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *locus* das relações de gênero” (LOBO, 1992: 260).

A perspectiva na qual a divisão sexual do trabalho é consequência de uma estrutura patriarcal determinante, isto é, a percepção teórica de base e superestrutura, evidencia uma das possíveis interpretações do conceito de *patriarcado*, provavelmente uma interpretação de filiação marxista. Como já foi observado, para Saffioti, o feminismo marxista pode ser dividido entre aqueles que admitem a subordinação do patriarcado ao sistema capitalista – as socialistas de Delphy – e aqueles que se utilizam do conceito *patriarcado* unicamente na forma de ideologia – que parece ser o caso da visão de base e superestrutura (SAFFIOTI, 1992).

A postura teórica do *patriarcado* como uma ideologia se insere do grupo dos estudos feministas que utilizam o termo no sentido adjetivo – ideologia patriarcal.

Para Christine Delphy, a forma adjetiva do conceito de *patriarcado* é um uso clássico do termo, pode-se dizer que é um uso pré-feminista de *patriarcado*, muito presente na literatura do século XIX, que dava ao conceito “[...] connotations psychologisantes et biologisantes” (DELPHY, 1981: 62-63).⁴ Para a autora, tanto Marx quanto Victor Hugo utilizavam o termo na forma adjetiva e, por consequência, com um sentido positivo (DELPHY, 1981). Como ela aponta, “le patriarcat est, dans cet usage, une espèce de noyau à la fois inexplicable et irréductible de la «nature humaine»” (DELPHY, 1981: 63).⁵ Assim, no sentido adjetivo, o conceito adquire o caráter de *natureza humana* e, enquanto tal, sua existência é inevitável e sem explicação precisa. E Delphy acrescenta, “[...] il est vu comme une structure mentale a-historique, produite non par une ou des sociétés concrètes, mais par la Société. En effet, il est presente comme étant la base même de la constitution de toute société” (DELPHY, 1981: 63).⁶ Isto é, a referência clássica ao *patriarcado*, evidencia-o como uma estrutura mental natural de constituição da sociedade como um todo.

288

Carole Pateman explica que essa concepção de *patriarcado*, segundo a qual ele é a gênese de constituição de toda a vida social, um atributo universal da sociedade humana, é uma concepção literal – de governo do pai, paterno – e genérica de *patriarcado*, estritamente relacionada com o pressuposto de que as relações sociais patriarcais se referem à família (PATEMAN, 1993). Como afirma a autora, para as interpretações literais do conceito de *patriarcado*, “a gênese da família (patriarcal) é frequentemente entendida como sinônimo da origem da vida social propriamente dita, e tanto a origem do patriarcado quanto a da sociedade são tratadas como sendo o mesmo processo” (PATEMAN, 1993: 43).

Nesta perspectiva, como já explicitado por Delphy, o *patriarcado* assume um caráter natural e positivo, na medida em que foi necessário – e natural – o seu advento para o paralelo nascimento da sociedade civil organizada. Para Pateman, segundo as primeiras histórias, no início da história da humanidade – em uma época primitiva – imperava o direito materno, a prática livre de relações sexuais impedia a visualização da linhagem paterna e a descendência era então reconhecida

4 “[...] conotações psicologizantes e biologizantes”. Tradução nossa.

5 “O patriarcado é, nesse uso, uma espécie de núcleo tanto inexplicável quanto irredutível da natureza humana”. Tradução nossa.

6 “Ele é visto como uma estrutura mental a-histórica, produzida não por uma ou mais sociedades concretas, mas pela Sociedade. Com efeito, ele é apresentado como estando na base mesma da constituição de toda sociedade”. Tradução nossa.

por meio das mães (PATEMAN, 1993). A gênese da civilização se deu com a *vitória do pai*, com o surgimento da família patriarcal. Assim, “o patriarcado foi um triunfo social e cultural. O reconhecimento da paternidade foi interpretado como um exercício da razão, um avanço necessário que forneceu as bases para a emergência da civilização – todas elas realizações dos homens” (PATEMAN, 1993: 50). Daí o caráter positivo que o *patriarcado* adquire quando é interpretado de forma literal, genérica e adjetivada.

É exatamente essa visão de *patriarcado*, enquanto uma estrutura definitiva, imutável, a-histórica, universal e com conotações biológicas, que Elisabeth Lobo critica nos estudos sobre a divisão sexual do trabalho. Mas o conceito neste sentido está em sua forma adjetiva e, como tal, apresenta-se realmente como uma estrutura determinante de todas as sociedades humanas, cujo fundamento é *natural* e, por isso, muito difícil de mudar. O conceito de *patriarcado* deve ser utilizado na forma substantiva, como um sistema de dominação e exploração das mulheres, muito bem situado historicamente e geograficamente.

Lia Zanotta Machado critica o uso do termo *patriarcado* em seu sentido fixo, universal e totalizante, mas afirma que não advoga pela sua não utilização. Para ela, é possível falar em um *patriarcado contemporâneo*, na perspectiva de um não essencialismo, considerando as mutações ocorridas ao longo do tempo e nos mais variados grupos sociais. Ou seja, para Machado, existem relações patriarcais na contemporaneidade, mas estas devem ser muito bem definidas “[...] em suas novas formas e na sua diversidade [...]” (MACHADO, 2000: 3). Portanto, para a autora, diante das modificações nas relações de gênero, das contradições e das transformações sociais que as sociedades ocidentais modernas vêm passando, pode-se falar apenas em um *patriarcado contemporâneo*.

Contudo, apesar de não considerar inapropriado o uso do termo *patriarcado contemporâneo*, a autora adverte que utilizá-lo significa empobrecer “[...] os sentidos contraditórios das transformações [...]”, na medida em que ele tem um sentido totalizador que não dá conta das mutações das relações de gênero do mundo moderno (MACHADO, 2000: 3). Isto porque, para Machado, *patriarcado* diz respeito a uma forma de organização ou de dominação sociais, cujo significado remete à matriz conceitual weberiana. Ela expõe a definição de *patriarcalismo* em Weber, no qual o conceito se refere à dominação exercida por um indivíduo – na maioria dos casos – em uma comunidade econômica ou familiar, conforme as normas hereditárias próprias destes agrupamentos sociais (MACHADO, 2000: 3).

O *patriarcalismo* para Weber é um tipo ideal, ou seja, é um conceito que

pode ser utilizado para fazer alusão a qualquer organização social historicamente definida que tenha no patriarca a autoridade central do grupo doméstico. Conforme Machado, “a autoridade familiar e doméstica é que funda o patriarcado e implica uma determinada divisão sexual que Weber denominava ‘normal’ [...]” (MACHADO, 2000: 3). Como um tipo ideal, o *patriarcado* weberiano tem um sentido a-histórico, haja vista sua possibilidade de ser usado em diversos momentos históricos para fazer referência à dominação exercida por um patriarca em uma comunidade familiar ou econômica (MACHADO, 2000: 3).

Nesta perspectiva, Lia Zanotta Machado salienta que na sociedade contemporânea os direitos paternais e sexuais não são naturalizados e legitimados da mesma maneira como o caso típico-ideal weberiano, o que torna muito pouco adequado referir-se ao conceito de *patriarcado* nas sociedades de princípios do século XXI. Para a autora, as relações sociais contemporâneas são muito mais complexas e dinâmicas do que as comunidades familiares weberianas, daí ser impróprio aplicar um conceito historicamente datado – que remete a uma forma de organização social mais simples – às relações de gênero da contemporaneidade. Como aponta Heleieth Saffioti, “[...] é grande o peso da esfera doméstica no conceito típico-ideal. Rigorosamente, também a dimensão econômica tem a marca familiar, pois o poder patriarcal se organiza na economia de *oikos*” (SAFFIOTI, 1992: 194). Segundo Saffioti, o *patriarcado* enquanto um tipo-ideal weberiano não pode ser utilizado para fazer um exame totalizante das relações de gênero contemporâneas.

290

Já foi apontada acima a impossibilidade do uso do *patriarcado* de Weber para analisar a situação das mulheres na modernidade. Tanto é assim que a segunda onda do movimento feminista fez referência ao termo sem nenhuma conotação weberiana, o que evidencia que ele pode ser utilizado sem necessariamente referir-se ao tipo-ideal de Weber. Como salienta Heleieth Saffioti, “a teoria weberiana é constituída por conceitos genéticos fechados, que não admitem nem multivocidade, nem matizes. O termo patriarcado, contudo, não constitui propriedade da teoria weberiana ou de filiação weberiana” (SAFFIOTI, 1992: 194). A autora esclarece que o *patriarcado* pode ser concebido como um esquema de dominação e exploração das mulheres, o que, por si só, significa um total distanciamento em relação ao tipo-ideal weberiano (SAFFIOTI, 1992: 194). Ou seja, o conceito pode sim ser utilizado na contemporaneidade, desde que ele seja redefinido e bem precisado.

Carole Pateman, por seu turno, se utiliza do conceito *patriarcado moderno* contrapondo-o ao argumento *patriarcal tradicional* e à premissa *patriarcal*

clássica. Para a autora, a história do contrato social colocou em silêncio profundo o contrato *sexual*, na medida em que “o contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada” (PATEMAN, 1993: 15). Pateman explica que o *patriarcado moderno* surgiu com o advento da sociedade civil contratual, ou seja, com o estabelecimento do contrato original. A autora evidencia como os teóricos do contrato social negligenciaram o contrato *sexual* e implementaram o *patriarcado moderno*.

Por enquanto, contudo, importa salientar que continua sendo muito frutífero analisar as relações de gênero da sociedade contemporânea com a base conceitual de *patriarcado*, particularmente referindo-se ao *patriarcado moderno*. Deve-se, contudo, realizar um distanciamento das definições patriarcais de *patriarcado*, como a que interpreta o conceito “[...] no seu sentido literal de governo do pai ou de direito paterno” (PATEMAN, 1993: 43). Assim como é imperativo o afastamento em relação ao uso de *patriarcado* na sua forma adjetiva e como tipo-ideal weberiano.

Portanto, vê-se que com o surgimento do campo de estudo em História das Mulheres emergiram novas interpretações do conceito de *patriarcado* que deram ensejo a outra forma de trabalhar o termo, em um sentido sistêmico. Da mesma maneira, emergiram novas categorias de análise histórica, como *gênero*, *papéis sociais* e *mulheres*. Os debates em torno desses conceitos não cessaram e continuam com grande vapor no meio acadêmico, auxiliando, inclusive, na análise da própria forma como se faz História e nos estudos das Ciências Humanas como um todo.

291

Referência Bibliográfica

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

DELPHY, Christine. “Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles”. *Nouvelles Questions Féministes*, Paris, n 2, Féminisme: quelles politiques? p. 58-74, out. 1981.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino

se cruzam. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 24, p. 127-152, jan./jun. 2005.

HARDY, Ellen; JIMÉNEZ, Ana Luisa. Masculinidad y Género. V Congreso Latinoamericano de Ciencias Sociales y Medicina. Isla de Margarita, Venezuela, 7-11 jun. 1999; *Rev Cubana Salud Pública*, Ciudad de la Habana, v. 27, n. 2, jul./dez. 2001.

LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) *Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo*, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

MATOS, Maria Izilda S. Outras histórias: as mulheres e estudos. In: MATOS, Maria Izilda S. e SOLER, Maria Angélica (orgs). *Gênero em debate, trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.

MICHEL, Andrée. *O feminismo: uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

292

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. MOREIRA, V. M. L. (Org.). *Dimensões Revista de História da Ufes*, Vitória, v. 14, p. 461-480, 2002. p. 468.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. *História*, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. *Descobrendo historicamente o gênero*. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 89-98, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SOIHET, R. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista brasileira de história*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007, p. 285. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

_____. *Prefácio a gender and politics of history*. Cadernos Pagu, v. 3, p. 11-27, 1994.